

## A LITURGIA DA IGREJA A 50 ANOS DO CONCÍLIO

Convocada por João XXIII e Paulo VI, reunida em Concílio ecuménico, a Igreja pôs-se à escuta do Espírito Santo. Desta vez não havia novas e graves heresias a requerer discernimento e clarificação doutrinal, não se estava perante clivagens e cismas que acrescentassem novos rasgões à túnica inconsútil de Cristo. Mas sentia-se a necessidade de uma renovação que preparasse a Igreja para o diálogo com o mundo contemporâneo em ordem a um anúncio renovado do Evangelho do Reino. Urgia também o imperativo de dar novo impulso ao movimento ecuménico, que já vinha fazendo o seu caminho, para que a Igreja pudesse superar ou pelo menos atenuar o contra-testemunho de divisões antigas e modernas que minavam a sua credibilidade.

Tratava-se, portanto, de um Concílio «*Pastoral*». Se o Bom **Pastor** não se conforma com a perda de uma só das suas ovelhas e tem o anseio de reunir as que ainda não entraram no seu redil, para que haja um só rebanho e um só Pastor, também a Igreja, que é em Cristo como que o Sacramento, isto é, sinal e instrumento da unidade e comunhão dos homens com Deus e entre si, não se pode conformar com o afastamento silencioso e paulatino do mundo moderno. Tem de se renovar e erguer de novo o estandarte de Cristo à vista de todos os povos para os atrair, convocar, reunir em redor de Cristo, o Homem mediador entre Deus e a humanidade, o Pontífice e Sacerdote eterno, o Único que verdadeiramente conhece o que há no homem e que tem palavras de Vida eterna, o Profeta de todas as causas justas, o Irmão e iniciador da autêntica e universal irmandade, o Redentor do homem, Aquele que reina pelo serviço, alheio a todas as «cracias» que supõem relações de poder, opressão e domínio, Aquele que nos ama e que pelo seu sangue fez de nós um Reino de sacerdotes para Seu Deus e Seu Pai. *Concílio Pastoral* é isso. O II Concílio do Vaticano, o Concílio de João e de Paulo, foi convocado para isso. Não se trata de um concílio diminuído, doutrinalmente inibido, sem relevância dogmática. Muito pelo contrário! Basta reler a *Lumen Gentium* ou a *Dei Verbum*. Na Basílica de São Pedro no Vaticano, entre 11 de Outubro de 1962 e 8 de Dezembro de 1965, em quatro Outonos que é estação dos frutos, o Sacrossanto Concílio, esteve reunido na força do Espírito, à escuta do que o mesmo Espírito tinha para dizer à Igreja para que ela fosse no nosso tempo uma expressão mais fiel da solicitude e ternura do Bom Pastor.

Já aqui se viu que este importantíssimo Concílio iniciou os seus trabalhos com a Liturgia; e à volta da Liturgia se encontrou a si mesmo como comunhão, convergência, caminho em conjunto

– «sínodo» –, «concílio», quase unanimidade. E, assim, pôde oferecer à Igreja e ao mundo, como primícias da sua atividade, a Constituição sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium*.

Nesse documento, fruto amadurecido de todo o movimento litúrgico, a Igreja no seu todo assumiu a urgência de uma reforma geral da Liturgia do Rito Romano. Reforma de que já São Pio X sentira necessidade no início do século XX, que Pio XII assumiu com prudência e determinação após a II Grande Guerra, que João XXIII prosseguiu com abertura... Reforma que, finalmente, neste documento histórico, tem formulados os seus princípios fundamentais e critérios operativos aprovados pela quase unanimidade dos Padres Conciliares: na última votação, já na sessão solene de promulgação, em 4 de dezembro de 1963, apenas 4 bispos se manifestaram contra, num total de 2151 votantes. Estava para começar uma nova era na história da Liturgia. Em 4 de dezembro de 1563 o Concílio de Trento tinha encerrado os seus trabalhos deixando à responsabilidade do Papa de então a realização de uma necessária e reclamada reforma litúrgica. Quatro séculos volvidos, em 4 de dezembro de 1963, um novo Concílio decreta a realização de uma nova reforma litúrgica que competiria igualmente à Sé Apostólica promover, aprovar e confirmar.

Não me cabe aqui pormenorizar o processo histórico da reforma litúrgica. Apesar de todos os excessos previsíveis e de todas as reações compreensíveis, a renovação litúrgica configurou-se como o fruto mais visível de toda a obra conciliar. Assim o afirmou a II Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos, em 1980, ao mesmo tempo que se esclarecia que a renovação litúrgica não se limitava às cerimónias, ritos e textos; nem a participação ativa, tão felizmente promovida após o Concílio, consistia em mera atividade exterior sendo, acima de tudo, participação interior e espiritual, viva e frutuosa no mistério pascal de Jesus Cristo, com um forte sentido do sagrado e permeada de espírito de reverência, adoração e glorificação. O mesmo balanço positivo foi feito por João Paulo II, em 4 de dezembro de 1988 na Carta Apostólica *Vicesimus Quintus annus*. Sem deixar de referir luzes e sombras, consciente das dificuldades culturais e eclesiais com que o processo da reforma litúrgica se teve de confrontar, João Paulo II reconheceu e abalizou o caminho percorrido. Então recordou que, estando praticamente encerrada a estação da *reforma* decretada pelo Concílio, havia que dar renovado impulso à pastoral litúrgica, dever e tarefa permanente em ordem a uma *renovação* que é o verdadeiro objetivo e fruto de toda e qualquer *reforma* (cf. n. 10).

E aqui estamos, quase meio século após a promulgação da SC. Como é a Liturgia da Igreja?

## 1. DAS FORMAS CADUCAS À LITURGIA PERENE

O Concílio deixou bem claro que «*a Liturgia se compõe duma parte imutável, por ser de instituição divina, e de partes sujeitas a mudança, as quais, no decorrer dos tempos, podem e até devem variar*» (SC 21).

O que é que não pode mudar na Liturgia da Igreja? O Concílio responde com aparente facilidade: *o que é de instituição divina*. A facilidade da resposta demonstra-se aparente perante a inevitabilidade de uma hermenêutica em que se esclareça e explicita, de forma inequívoca, o momento, o modo e o conteúdo dessa «*instituição divina*».

Sem me atrever nessa complexa hermenêutica, a partir da minha própria reflexão e fazendo tesouro do que os mestres me ensinaram, permito-me adiantar um elenco provisório desses elementos constitutivos e, por isso, imutáveis da Liturgia de ontem, de hoje e de sempre:

1) A **estrutura sacramental** que decorre, como consequência direta, do mistério da Incarnação; se o instrumento da redenção humana foi a humanidade assumida pelo Verbo, a atuação litúrgica dessa mesma obra redentora não pode prescindir da mediação sacramental, da ritualidade que integra palavras, coisas, gestos e corporeidade humana, agir simbólico ou, para usar a terminologia conciliar, «*sinais sagrados*», celebrações da Igreja;

2) O **mistério pascal** de Cristo, como o acontecimento único e irrepetível, como o sacrifício perfeito e definitivo da nova e eterna Aliança, que concentra, recapitula e leva à plenitude toda a História da Salvação e no qual nos é dado participar graças à **anamnese** e à **epiclese**. Por isso a proclamação das maravilhosas proezas de Deus, o anúncio, o relato, a narração, a memória... não podem faltar nunca na Liturgia da Igreja; como também não pode faltar a invocação, a súplica, a presença e ação do Espírito. Sem anamnese e epiclese os ritos são mera realidade antropológica e não se dá a presença de Cristo e da sua Obra redentora para que nela possamos «participar»;

3) e 4) A **santificação** do homem e o **culto** divino, dimensões também imprescindíveis e que implicam na ação litúrgica a vida humana, que precisa de ser resgatada, e até mesmo a criação inteira que geme e sofre dores de parto para ser liberta da tirania que a oprime e diminui; por isso, na liturgia há lugar para a súplica, a intercessão, a contrição, a expiação, a reparação... tudo isso, porém, sem retirar o primado à adoração, ao louvor, à bênção, à ação de graças, à glorificação.

5) Acrescento um 5º elemento, a este núcleo irrenunciável da Liturgia perene: o seu **carácter escatológico**, o impulso que constantemente nos projeta do «*tunc*» – o *outrora* do

mistério de Cristo que recapitula toda a história da salvação – para o «*nunc*» – o agora da Igreja em oração, que é o momento atual dessa mesma história salvífica – para o «*et semper et in saecula saeculorum*» da plenitude do Reino, quando Cristo se manifestar e então se manifestará também o que já somos mas ainda não se vê: filhos de Deus.

De momento deixo o inventário aberto para eventuais complementos de quem saiba mais. Mas, salvaguardados estes elementos irrenunciáveis da Liturgia da Igreja, tudo o mais é suscetível de mudança «*se porventura – adianta SC 21 – se tiverem introduzido elementos que não correspondam tão bem à natureza íntima da Liturgia, ou que se tenham tornado menos aptos*». Estaria a língua latina entre esses elementos tornados menos aptos? Em 1963 muitos pensavam que sim. E não havia ninguém que se atrevesse a considerar o uso exclusivo dessa língua na Liturgia como um elemento de «instituição divina». Aliás, na comunidade cristã da Roma de Pedro e de Paulo não se falava em latim mas sim em grego... e foi assim até ao século IV, quando a razão pastoral levou a preferir o latim, não sem resistências e compromissos.

Entrou-se, portanto, ainda com o Concílio a decorrer, no tempo da reforma litúrgica, uma reforma geral dos ritos e das preces de todos os sacramentos e sacramentais, da Liturgia das Horas... Todas as celebrações litúrgicas do Rito Romano tiveram «*ordines*» revistos segundo os critérios e indicações da Constituição Conciliar: quase todos publicados em 1ª edição típica no pontificado de Paulo VI, entre 1968 e 1978; os remanescentes – *Celebração das Bênçãos*, *Celebração dos Exorcismos*, *Martirólogo Romano* e outros *ordines* menores como a *Celebração da Coroação da Imagem da Virgem Santa Maria* – promulgados já pelo Beato João Paulo II que também aprovou o *Cerimoniário dos Bispos* (que não é um livro litúrgico mas sim um Diretório de cerimónias).

O Concílio teve o cuidado de estabelecer com clareza a hierarquia das competências litúrgicas (SC 22), cabendo à Sé Apostólica a responsabilidade de dirigir, coordenar e regular tudo o que se refere à Liturgia, o bem comum mais precioso de toda a Igreja. Paulo VI criou, para esse efeito, organismos específicos com mandato e instruções bem precisos para cumprir a Constituição Conciliar sobre a Sagrada Liturgia. Havia uma liderança clara, uma coordenação competente, métodos de atuação bem definidos, equipas de trabalho operacionais, com aproveitamento do saber de peritos de reconhecida competência («consultores») mas ficando as decisões a cargo dos membros desses Organismos, todos eles Bispos, pastores da Igreja. Enfim: foram criados os pressupostos para uma realização competente e ponderada da Reforma Litúrgica requerida pela solicitude pastoral do Concílio.

Mas as coisas não se passaram de forma tão ordeira e disciplinada como se perspectivou e seria de desejar. Os tempos eram de «revolução cultural», de contestação de qualquer autoridade,

de reivindicação da criatividade sem freios nem peias... Derrubados os diques da intangibilidade e do imobilismo, foi impossível deter o ímpeto das águas e passou-se do extremo de uma liturgia regulada por normas rígidas e aparentemente intocáveis a celebrações inventadas, construídas, manipuladas, mutiladas em que, por vezes, se tornou irreconhecível, quando não ausente, o núcleo irrenunciável da Liturgia: o *mysterium fidei*. No vórtice da mudança, a rotura pareceu prevalecer sobre a continuidade ao passo que o Concílio desejava articular *sã tradição e legítimo progresso* (SC 23). A regra segundo a qual, para além da Sé Apostólica e, nos termos do Direito, as Conferências Episcopais e os Bispos, «*mais ninguém, ainda que seja sacerdote, acrescente, suprima ou modifique, por sua iniciativa, seja o que for na Liturgia*» (SC 22 § 3) foi repetidamente violada por experiências abusivas de uma «criatividade selvagem». Sobretudo, nasceu e cresceu uma geração que se habituou a olhar para a Liturgia como terreno baldio onde se pode fazer o que apeteça, mesmo sem se dar ao esforço de a estudar para conhecer a sua natureza, os seus elementos integrantes, o seu dinamismo intrínseco. Em muitos lados, cinquenta anos depois, continua a ser essa a mentalidade: ignora-se a proposta da Igreja, manipula-se a liturgia da Palavra, por vezes com proposta de leituras não bíblicas, inventam-se «símbolos» (como se fosse possível!), troca-se a linguagem simbólica dos ritos litúrgicos por alegorizações didáticas pretensamente catequéticas, transforma-se a celebração do memorial de Cristo numa auto celebração do grupo ou comunidade... 50 anos volvidos temos de dizer: basta! A Liturgia não é, primariamente, o que nós fazemos, não é âmbito adequado para as nossas invenções nem o presbitério da igreja deve ser palco de exibicionismos. Tem de vir ao de cima a Liturgia perene: celebração do mistério pascal de Cristo do qual continuamente nasce, renasce e se alimenta a Igreja.

Não podemos confundir a Reforma Litúrgica com as práticas abusivas que a desrespeitam e desfiguram. É certo que as concretas circunstâncias culturais em que ela foi recebida e posta em prática a condicionaram imenso! Os abusos minaram-na e roubaram-lhe a quase unanimidade com que começou. Inclusive, deram força a uma compreensível e inevitável vaga de refluxo de que se aproveitam os que, no fundo, nunca aceitaram o Concílio. Mas quem negará os avanços conseguidos? Quem não vê o extraordinário caminho percorrido? A reforma litúrgica é um extraordinário «ativo» da Igreja neste tempo de desafios em todas as frentes.

A vida litúrgica da Igreja precisa de estabilidade. As próprias «leis» antropológicas do comportamento ritual requerem permanência e estabilidade. Com João Paulo II temos de repetir: a reforma geral da liturgia decretada pelo Concílio está cumprida. Agora é tempo de a assimilar, de a aprofundar interiorizando o conteúdo espiritual dos seus textos e ritos, numa palavra, é a

hora da mistagogia<sup>1</sup>. Para que da reforma se progrida pelo caminho da renovação, temos de investir na pastoral, na formação. O esforço de criatividade que hoje nos é pedido já não consiste em invenções surpreendentes mas numa interpretação ao mesmo tempo fiel e original da pauta que nos é dada nos livros litúrgicos renovados, cultivando uma genuína arte de celebrar que permita sublimar a expressão celebrativa, proporcionando ao homem contemporâneo a redescoberta da alegria e da beleza da fé.

A história continua. Por isso, naturalmente, os livros litúrgicos da Igreja vão continuar a ser revistos e aperfeiçoados tanto nas suas edições típicas em latim como nas suas versões nas diversas línguas desta grande e universal família litúrgica que é o Rito Romano. O calendário santoral vai continuar a enriquecer-se, modificações serão introduzidas pela competente autoridade da Igreja. Onde a necessidade pastoral e a diversidade cultural o requeira, quando a margem de adaptação prevista nas edições típicas se demonstre insuficiente, processos de inculturação irão sendo desenvolvidos sob a responsabilidade dos legítimos pastores da Igreja, sempre em Comunhão com a Sé Apostólica. Mas – repetimos – a grande e geral Reforma Litúrgica decretada pelo II Concílio do Vaticano está feita. Continua em aberto – e nunca se poderá dar por concluída – a tarefa da renovação litúrgica, a necessidade de uma pastoral litúrgica. Concluo este ponto: a 50 anos do Concílio, sem anular a dimensão história da Igreja «*semper reformanda*», importa olhar para a Liturgia mais pelo prisma do que nela é perene e menos pelo prisma do que nela é caduco.

## 2. ENTRE A ESCUTA E A VISÃO

A primeira encíclica do Papa Francisco – *A Luz da Fé* – valoriza a experiência litúrgica e sacramental. Não pensamos exclusivamente na reflexão do terceiro capítulo sobre «os sacramentos e a transmissão da fé» (nn. 40-45). Já antes, no segundo capítulo, ao descrever a fé como «escuta e visão», a encíclica mergulha fundo no húmus da experiência litúrgica, lugar por excelência da experiência e da profissão de fé.

O texto pontifício refere a dialética *escuta – visão*. A primeira é própria da mentalidade bíblica que dá precedência à palavra, à escuta, ao diálogo, ao tempo, assegurando, simultaneamente, a transcendência divina e a liberdade humana. A segunda é típica da mentalidade grega que privilegia a luz, a imagem, o espaço, a contemplação estática, a percepção do todo. Logo, porém, a encíclica nos recorda que o Antigo Testamento soube articular os dois

---

<sup>1</sup> JOÃO PAULO II, Carta Apost. *Vicesimus quintus annus*, nn. 4-5.

tipos de conhecimento, «*unindo a escuta da Palavra de Deus com o desejo de ver o seu rosto*» (n. 29).

Quem conhece a história da Liturgia e das expressões celebrativas sabe que esta dialética tem um reflexo na relação complexa entre as várias Igrejas e comunidades cristãs. Simplificando as posições, num extremo estaria a Liturgia Protestante, com o princípio da «*sola Scriptura*» traduzido em expressões celebrativas que tendem a dar o exclusivo às mediações auditivas, em prejuízo e quase recusa das visuais; no extremo oposto teríamos a Liturgia Ortodoxa com a sua rica iconografia e a teologia da luz e da imagem concretizadas em celebrações litúrgicas que querem proporcionar a experiência da escatologia antecipada, do céu na terra, da eternidade que irrompe no tempo.

A liturgia católica renovada no pós-Concílio, pelo menos nas suas melhores concretizações, é chamada a fazer síntese das duas posições antitéticas. Tem de ser experiência de escuta, Liturgia da Palavra que se acolhe no silêncio, relato de uma História da Salvação que na assembleia celebrante continua a ter um Hoje, proposta de Aliança a acolher na liberdade que se compromete. A Liturgia Católica, a 50 anos do Concílio, reclama o exercício de todas as artes do dizer e do cantar e toda a pedagogia da escuta e do silêncio, com uma percepção valorativa do tempo com os seus compassos e andamentos, com ritmo e dinamismo, cultivando a memória e a profecia, sempre atenta ao «agora» e em tensão para o «sempre» e pelos «séculos dos séculos».

Vale a pena demorarmo-nos um pouco mais neste ponto para tomarmos consciência do salto de qualidade dado pela Liturgia da Igreja com a Reforma Litúrgica. Os Padres do Concílio de Trento apostaram na catequese e na pregação «para que as ovelhas de Cristo não passassem fome e não acontecesse que *os pequenos pedissem pão sem haver quem lho repartisse* (Lam 4, 4)»<sup>2</sup>. Mas não puderam ir muito longe na abertura aos fiéis da mesa da palavra de Deus<sup>3</sup>... O Concílio de Trento foi também um Concílio Pastoral, um grande Concílio de Reforma da Igreja. Mas teve de ser, em primeiro lugar, um Concílio dogmático, confrontado com formidáveis problemas doutrinais e obrigado a suturar as feridas profundas, a cuidar das fraturas múltiplas e expostas infligidas à unidade da Igreja com a reforma protestante. Isso impediu que a solicitude pastoral pudesse então exprimir-se numa reforma litúrgica mais ousada. E, por isso, apesar do riquíssimo património da oratória sagrada no período pós tridentino, *as ovelhas de Cristo* continuaram a passar fome e os *pequeninos* continuaram a não ter quem lhes partisse o pão da Palavra viva de

---

<sup>2</sup>CONCILIUM TRIDENTINUM, Sessio XXII, *Doctrina et canones de sanctissimo missae sacrificio*, cap. VIII, in *Conciliorum Oecumenicorum Decreta*, a cura do G. Alberigo et al., Bologna 1991, 735; DS 1749.

<sup>3</sup>Essa afirmação é feita no mesmo capítulo em que se considerava inoportuna a adopção das línguas vernáculas na celebração da Missa, apesar da grande riqueza de instrução para o povo fiel que se lhe reconhecia: «Etsi missa magnam contineat populi fidelis eruditionem, non tamen expedire visum est patribus, ut vulgari passim lingua celebraretur» (*Ibid.*)

Deus. Por isso, também, os Padres do II Concílio do Vaticano, determinaram que se fizesse «nas celebrações litúrgicas uma leitura da Sagrada Escritura mais abundante, mais variada e melhor adaptada» (SC 35), que se preparasse aos fiéis a mesa da Palavra de Deus com maior abundância (cf. SC 51). E o resultado foi um novo ordenamento das leituras da Missa «que oferece aos fiéis cristãos o conhecimento de **toda a palavra de Deus**, segundo uma organização adequada»<sup>4</sup>. Tomada à letra, esta pretensão está longe de corresponder à realidade: materialmente falando, não está prevista a leitura integral da Bíblia<sup>5</sup>. Nem na Missa nem na Liturgia das Horas nem nas demais celebrações litúrgicas da Igreja. Concretamente, em relação ao Antigo Testamento, não se conseguiu ir muito além da leitura das suas páginas mais relevantes. Falandos, porém, em termos qualitativos, pode bem dizer-se que esta pretensão de integridade não é exorbitante. Pensemos nos 8 volumes da edição oficial portuguesa do Lecionário da Missa, com os 3 primeiros dedicados ao ciclo trienal para os Domingos e festas do Senhor, com os 3 seguintes reservados às celebrações feriais num ciclo anual que se desdobra, para as 34 semanas do Tempo Comum, num ciclo bienal das leituras que precedem o Evangelho, e com os 2 últimos volumes a recolher uma riquíssima seleção de perícopes bíblicas para as celebrações dos santos, dos sacramentos e sacramentais e ainda das missas votivas, de defuntos e para as mais diversas circunstâncias... Como mudou e para muito melhor, o acesso de todo o povo de Deus, letrados ou analfabetas, à Mesa da Palavra em que o próprio Cristo se oferece como Mestre da Verdade e Pão da Vida!

E, ano após ano, triénio após triénio, a Palavra de Deus vem aos ouvidos e corações dos fiéis como chuva que desce do céu sobre a terra e – afirmação é da Escritura – não voltará sem a ter irrigado e feito produzir para que dê a semente ao semeador e o pão para comer. Mas demos a palavra a Paulo VI que, na Constituição Apostólica que promulgou o Missal Romano assim se exprimiu:

«Nutrimos a mais viva esperança de que esta nova ordenação do Missal irá proporcionar aos sacerdotes e aos fiéis a possibilidade de prepararem em comum mais santamente o espírito para a celebração da Ceia do Senhor, alimentando-se dia a dia mais abundantemente com a palavra do Senhor, através de uma meditação mais aprofundada da Sagrada Escritura. Daqui se seguirá, como é

---

<sup>4</sup>OLM 60; o sublinhado é nosso.

<sup>5</sup> A preparação e edição de uma *Vulgata Portuguesa* da Bíblia deveria ter sido dos primeiros trabalhos a realizar no caminho da aplicação da Reforma Litúrgica ao nosso país. Dela carecem as celebrações litúrgicas e a catequese. E a sua existência, como o demonstra a experiência de outros países, em nada prejudicaria outras iniciativas editoriais no campo do apostolado bíblico. O facto de não se dispor desse instrumento fundamental leva a que nas diversas celebrações frequentemente se utilizem versões diferentes do mesmo texto bíblico. Devido a essa falta, muito trabalho se tem desperdiçado, por exemplo, ao nível das composições musicais feitas sobre versões bíblicas entretanto caídas em desuso... E dispor-se-ia de uma referência mais segura e constante na hora de verter para português as muitas expressões bíblicas de que a eucologia está repleta. Por isso há que aplaudir a decisão de se avançar, finalmente, nesse empreendimento tão árduo quanto necessário.



desejo do Concílio Vaticano II, que a Escritura divina se torne para todos fonte perene de vida espiritual, instrumento primordial de catequese cristã, compêndio substancial de formação teológica»<sup>6</sup>.

Para esta revalorização da Palavra e da correspondente escuta na Liturgia da Igreja a afirmação mais importante do Concílio continua a ser, quanto a mim, a de que Cristo está presente na Sua Palavra (SC 7). E, desse modo, a liturgia da Igreja continua a ser o fazer-se carne da Palavra, a revelação do Mistério de que na ação sagrada ritual se faz o memorial eficaz graças à presença e ação do Espírito Santo de modo a torná-lo realmente presente para que a vida dos participantes possa entrar em contacto com Ele e deixar-se transfigurar pela Luz que dele irradia até ser um hino de louvor à Sua glória. Porque se a glória de Deus é o homem vivo, a vida dos homens é a glória de Deus.

Cinquenta anos após o Concílio penso que ainda temos algum caminho a fazer para traduzir na prática essa certeza de que é Cristo que fala quando na Igreja se proclamam as Escrituras. Mas só fala se lhe não fecharmos os ouvidos com a nossa escuta negligente – por isso temos todos de nos educar na arte de escutar –; só fala se o não tornarmos inaudível e ininteligível com a nossa deficiente proclamação. Como advertia nos seus dias o grande biblista espanhol, Luis Alonso Schökel<sup>7</sup>, de nada serve apelarmos à onipotência divina porque, também na liturgia, o Onipotente se submete ao caminho da encarnação. Por isso, se o leitor não transmite corretamente a Palavra – e por leitor entendo agora todos os que na celebração são chamados a ler: bispos, presbíteros, diáconos, leitores propriamente ditos, comentadores – ela não poderá cair na boa terra de corações e inteligências que a acolham, compreendam, a deixem enraizar na vida e frutificar 100, 60 ou 30 por 1. Este é um campo de missão a trabalhar seriamente, para que a Liturgia da Igreja seja o que deve ser, 50 anos volvidos sobre o Concílio Ecuménico.

Relativo à **Escuta** na liturgia, temos também o canto e a música. A Igreja, neste capítulo, tem um património de imensa valia do qual não quer abdicar. Pensemos no Canto Gregoriano, na Polifonia clássica, na grande música coral sinfónica do barroco ao romantismo, no repertório organístico... Mas, de repente, com a reforma litúrgica e a adoção das línguas vernáculas, toda essa riqueza pareceu perder o seu espaço e ficar condenada à condição de arquivo morto, quando muito repertório de concerto, apenas utilizável de acordo com a sua natureza e destinação

---

<sup>6</sup>PAULUS VI, Const. Apost. *Missale Romanum*, in *Missal Romano reformado...*, Coimbra, Gráfica de Coimbra 1992, 15 [= *MRP* ].

<sup>7</sup> «Por amor a esta Palavra e por agradecimento a este dom de Deus, o leitor litúrgico tem de fazer um acto de entrega e um esforço diligente. Se a sua voz não soa, não ressoará a Palavra de Cristo; se a sua voz não se articula, a Palavra tornar-se-á confusa; se não dá bem o sentido, o Povo não poderá compreender a Palavra; se não dá a devida expressão, a Palavra perderá parte da sua força. E de nada serve apelar para a onipotência divina porque o caminho da onipotência, também na Liturgia, passa pela encarnação»: L. A. SCHÖKEL cit. in SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA [DE ESPAÑA], *El ministerio del Lector. Directorio litúrgico-pastoral*, n. 6, Madrid 1989, 13 [cf. in *Notitiae* 21 (1985) 425]

originária em celebrações muito raras e circunstanciais<sup>8</sup>. Sob pretexto de promover a participação dos fiéis, desenvolveu-se mesmo uma reação de tipo alérgico à inclusão de alguns trechos desse património nas celebrações com a participação do povo. Isto, apesar de os documentos da Igreja preverem e, nalguns casos, até aconselharem a sua salvaguarda. A este propósito, a Instrução Geral do Missal Romano na sua versão atual prescreve:

«Em igualdade de circunstâncias, dê-se a primazia ao canto gregoriano, como canto próprio da Liturgia romana. Mas de modo nenhum se devem excluir outros géneros de música sacra, principalmente a polifonia, desde que correspondam ao espírito da acção litúrgica e favoreçam a participação de todos os fiéis [cf. SC 116 e 30].

Dado que hoje é cada vez mais frequente o encontro de fiéis de diferentes nacionalidades, convém que eles saibam cantar em latim pelo menos algumas partes do Ordinário da Missa, sobretudo o símbolo da fé e a Oração dominical, nas suas melodias mais fáceis»<sup>9</sup>.

Estas indicações, que mesmo agora custa a pôr em prática, no momento da mudança eram improponíveis. A suposta desadequação para a liturgia da reforma litúrgica dos antigos repertórios latinos, tão laboriosamente construídos na caminhada secular da Igreja, teve consequências dramáticas que ainda perduram na qualidade auditiva das nossas celebrações:

- O abandono e, eventualmente, a perda desse tesouro
- A quase morte do movimento coral que se dedicava à prática dessa música; a crise dos nossos coros foi agravada por um preconceito nascido de um entendimento equivocado da «participação ativa» que se queria promover, segundo o qual, na «nova liturgia» não haveria lugar para coros porque todos cantariam tudo.
- A situação de vazio em que se caiu porque com a liturgia em vernáculo se partia praticamente da estaca zero: tudo, ou quase, estava por compor. Em Portugal a situação era essa.
- E porque abismo atrai abismo ou, como se diz, «a natureza tem horror ao vazio» assistiu-se à invasão do espaço sagrado da Liturgia por parte de composições sem requisitos mínimos de qualidade, nem literária nem musical, de adaptações, de estilos profanos, de acompanhamentos instrumentais incapazes de respeitar o primado da Palavra que é próprio da música litúrgica e de

---

<sup>8</sup> O processo de adoção das línguas vivas foi muito rápido: a SC que, mantendo o uso da língua latina, abria as portas às línguas faladas (nº 36). No que diz respeito à Missa, o art. 54 da constituição afirma que a língua falada pelo povo deve ter «um cōngruo lugar, especialmente nas leituras e na oração comum e, conforme as condições dos lugares, também nas partes que competem ao povo». O nº 3 desse artigo remetia para as Conferências Episcopais o juízo acerca da oportunidade de um uso mais amplo do vernáculo. Segundo o Relator da Comissão Conciliar, nada se quis excluir positivamente dessa possibilidade. Por decisão da Instrução *Inter Oecumenici*, as primeiras alterações ao Ordinário da Missa entraram em vigor em 7 de Março de 1965, ainda durante o Concílio. Desse modo, onde as Conferências Episcopais chegaram a acordo, esse foi o dia em que se passou a celebrar em vernáculo a maior parte da Missa; na prática, apenas o *Cânon* ficou de fora; mas a pressão de diversas Conferências Episcopais, levou a sucessivos alargamentos dessas faculdades: em 27/4/65 foi autorizada a tradução do Prefácio; em 31/1/67 foi admitida a possibilidade de tradução de todo o *Cânon*, norma que a partir do Outono desse ano começou a ser aplicada com a aprovação das versões preparadas pelas Comissões Episcopais de Liturgia dos diversos países (cf. BUGNINI, A. – *La Riforma liturgica*, 108-121).

<sup>9</sup> IGMR 41.

interpretar a verdade e valência religiosa dos ritos. E vós bem sabeis que essa situação desgraçada está muito longe de ter sido revertida.

Mas nestes 50 anos não aconteceram só desgraças. Manuel Faria, Manuel Luís, Ferreira dos Santos, Borges de Sousa, Manuel Simões e, a seu lado ou no seu sulco muitos outros, deram corpo a um movimento criativo que teve como resultado promissor o surgimento e paulatina consolidação de uma música litúrgica em Português. O movimento coral foi retomado, apostou-se decididamente na formação de pessoas, o órgão de tubos voltou a ser o instrumento referencial da música litúrgica, avança em bom ritmo a produção de um repertório musical nascido da liturgia e que já não é diversão ou ornamento ou entretenimento, mas que procura, muitas vezes com sucesso, dar expressão sonora adequada aos ritos e preces. Nesta caminhada, um contributo decisivo foi dado pelos Encontros Nacionais de Pastoral Litúrgica que já vão na sua 39ª edição. Daqui foi dado o «tom» para um movimento que tocou todo o país e que agora importa consolidar porque, caso contrário, recuará. Porque enquanto de dia se semeia a boa semente, o inimigo não desiste de semear ervas daninhas: de noite e de dia; na rádio e na televisão; nos movimentos e nas congregações e institutos religiosos; e nas paróquias também.

Ainda temos um largo caminho a andar. Se para o canto das assembleias já começa a divisar-se o puzzle, para os coros ainda há muitos vazios a preencher. Nem tudo é perfeito. As composições são de valor desigual. Há que dar tempo ao tempo para que as borras assentem e se possa decantar, limpo e estabilizado, o bom vinho da autêntica música litúrgica. Neste momento em que já circulam recolhas e se ensaiam as primeiras codificações dos repertórios em vernáculo correm-se 2 perigos: 1) o de, porque as criações ainda não abundam, se reterem músicas sem mérito que só passam no crivo porque não há mais por onde escolher; 2) o de, uma vez feita a primeira seleção, se canonizar prematuramente o repertório existente, desincentivando novas composições. Quantos séculos demorou a constituir-se o repertório gregoriano? Também levará ainda algum tempo antes de podermos chegar a um qualquer «*Liber usualis*» português.

Há sempre a tendência a idealizar o passado e a projetar para tempos remotos as perfeições a que aspiramos. O conhecimento objetivo da história ajuda a desfazer mitologias. Em quantas aldeias do Alentejo ou de Trás-os-Montes se cantava gregoriano antes de 1963? Em quantas igrejas do Porto ou de Lisboa havia coros capazes de interpretar aceitavelmente a polifonia clássica? Em muito poucas! Se não fossem os músicos amadores das nossas bandas filarmónicas, raramente se poderia cumprir o programa musical de uma Missa Solene segundo as prescrições das rubricas de outrora. E com que qualidade musical e vocal? Sabe-o Deus porque não tapa os ouvidos e escuta mesmo tudo!

E no futuro? Em quantas paróquias resistirá firme o grupo de cantoras que vai dando suporte musical à celebração da sua comunidade? Em quantas Igrejas aguentaremos um Coro digno desse nome? Em quantas teremos organista e órgão? Em quantas será possível reproduzir o repertório musical deste XXXIX Encontro que está longe de ser o mais complexo dos XXXVIII que o precederam? Alguém tem a resposta? Mas eu posso garantir-vos que será seguramente em muitas mais do que as que se podiam ufanar de proeza equivalente antes de 1963.

Qual deve ser, então, o caminho?

Ouso fazer algumas propostas:

1) Não desistir da **formação**, apostar na formação: musical, litúrgica, pastoral. Não se desperdice uma só oportunidade: nas academias, nos conservatórios, nas Escolas Superiores, nas Escolas Diocesanas, nos Cursos Nacionais promovidos pelo Serviço Nacional de Música Sacra e pelo SNL (será que o 5º Curso de Música Litúrgica para Organistas, Diretores de Coros e Salmistas, programado para começar em Fátima no próximo dia 19 de Agosto tem inscrições suficientes para arrancar?). Não há licença para parar: ou se avança ou se recua.

2) Investir em **centros de referência** que, idealmente, serão também polos de irradiação: catedrais, santuários, seminários, mosteiros e casas religiosas, paróquias e igrejas principais. Valorizar aí o papel do coro, do órgão litúrgico (se possível, de tubos). Cultivar a arte de celebrar para que as ações litúrgicas que aí se realizam possam efetivamente ser modelares, cativantes e exercer uma influência positiva sobre as comunidades circundantes e sobre os fiéis que por elas passam e aí podem fazer uma experiência de fé e beleza.

3) Valorizar ainda mais a música deste Encontro Anual de Pastoral Litúrgica. Superado o equívoco que confundia participar com intervir ministerialmente e reduzia a participação ativa à participação externa, redescoberto o papel ministerial do coro e demais agentes musicais da celebração, dispondo atualmente de um grupo coral constituído por generosos voluntários com mais do que razoável formação musical, nestas Semanas – em algum dia, em alguma noite, em algum concerto espiritual e pedagógico, em alguma celebração – poderão ensaiar-se propostas bem interessantes que promovam a qualidade auditiva das nossas celebrações e suscitem uma escuta que será experiência de fé cujos frutos espirituais levaremos como bagagem no regresso a casa, porventura como viático para uma peregrinação interior e como desafio a ousar um pouco mais do que as velhas rotinas de uma fé cansada. E mesmo que não possamos reproduzir nas nossas terras essa experiência, partiremos com a convicção de que valeu a pena, com desejo de mais e melhor, com vontade de voltar para ir saboreando de antemão a alegria que nos espera na Pátria.

4) Continuar a promover e apoiar o trabalho dos Compositores, articulando as potencialidades do seu génio criativo com as necessidades da renovação litúrgica em Portugal em ordem ao alargamento e valorização qualitativa dos repertórios. A preparação da próxima edição portuguesa do Missal Romano será um bom pretexto.

E mais não digo até para não invadir a esfera de competência própria do Serviço Nacional de Música Sacra.

\* \* \*

Mas a Liturgia católica, que felizmente recuperou a Palavra, não pode perder a visão, a imagem, a luz, a cor... Tem de dar também alimento aos olhos dos seus fiéis. Precisa de respirar também com o pulmão do Oriente. E de ser fiel à sua própria tradição estética respeitando imagens, retábulos, paramentos, alfaia, espaço ordenado, expressão cósmica e tensão escatológica.

O tempo não me permite desenvolver este aspeto como ele mereceria. Nem o tempo útil para ler esta comunicação nem, antes disso, o tempo indispensável para a redigir.

Convenhamos que os primeiros anos de aplicação da reforma litúrgica coincidiram entre nós com uma crise iconoclasta que hoje, felizmente, começa a estar superada. Sirva como exemplo dessa crise a Igreja an-icónica projectada por Sisa Vieira e edificada pela comunidade cristã no Marco de Canaveses, na Diocese do Porto. Ali até o Crucifixo é uma recusa da imagem e a escultura da Padroeira é colocada a um nível que pura e simplesmente a faz desaparecer do horizonte visual da comunidade reunida. No Marco, os olhos alimentam-se apenas na contemplação da luz sobre os volumes, numa experiência religiosa que pode muito bem ser partilhada com um muçulmano ou com um budista, mas que não desce ao patamar mais humilde, para nós decisivo, da Encarnação. Em sentido contrário, exemplo ilustrativo de como esta recusa da imagem começa a estar superada é o grande painel frontal da nova Basílica da Santíssima Trindade, aqui, em Fátima.

A crise da imagem no espaço de culto remete-nos para a relação difícil da Igreja com os Artistas.

Em 1963, a SC recordou que a Igreja «amou sempre as belas artes, formou artistas e nunca deixou de procurar o contributo delas, procurando que os objectos atinentes ao culto fossem dignos, decorosos e belos, verdadeiros sinais e símbolos do sobrenatural» (SC 102)<sup>10</sup>. No dia da

---

<sup>10</sup> No n. 103, a Constituição conciliar prosseguia: «A Igreja nunca considerou um estilo como próprio seu, mas aceitou os estilos de todas as épocas, segundo a índole e condição dos povos e as exigências dos vários ritos, criando deste modo no decorrer dos séculos um tesouro artístico que deve ser conservado cuidadosamente. Seja

Ascensão de 1964, em 7 de maio, celebrando na Capela Sistina a chamada «Missa dos Artistas», Paulo VI apelou à amizade da Igreja com os artistas e reconhecia:

«Nós precisamos de vós. O nosso ministério precisa da vossa colaboração. Porque, como sabeis, o Nosso ministério consiste em pregar e tornar acessível e compreensível – mais ainda, comovente – o mundo do espírito, do invisível, do inefável, de Deus. E nesta operação, que transvasa o mundo invisível em fórmulas acessíveis, inteligíveis, vós sois mestres. É o vosso ofício, a vossa missão; e a vossa arte consiste precisamente em arrancar do céu do espírito os seus tesouros e revesti-los de palavra, de cores, de formas, de acessibilidade. E não só uma acessibilidade como pode ser a de um professor de lógica ou de matemática ... Vós tendes também esta prerrogativa, no próprio ato em que tornais acessível e compreensível o mundo do espírito: de manter a esse mundo a sua inefabilidade, o sentido da sua transcendência, a sua aura de mistério, esta necessidade de o atingir ao mesmo tempo na facilidade e no esforço. [...] E se nós carecêssemos do vosso auxílio, o ministério tornar-se-ia balbuciente e incerto e teria necessidade de fazer um esforço, diríamos, de se tornar ele próprio artístico, mais ainda, de se tornar profético. Para se elevar à força da expressão lírica da beleza intuitiva, teria necessidade de fazer coincidir sacerdócio com arte»<sup>11</sup>.

Papa Montini conhecia bem a história e, por isso, afirmando que a amizade entre a Igreja e os artistas jamais se rompera, reconhece, todavia, que esse relacionamento acusava um grande desgaste que urgia remediar. De parte a parte, havia razões de queixa<sup>12</sup> e, por isso, havia que

---

*também cultivada livremente na Igreja a arte do nosso tempo, a arte de todos os povos e regiões, desde que sirva com a devida reverência e a devida honra às exigências dos edifícios e ritos sagrados. Assim poderá ela unir a sua voz ao admirável cântico de glória que grandes homens elevaram à fé católica em séculos passados». Já antes, no n. 112, a propósito da música, o mesmo documento afirmava: «A tradição musical da Igreja é um tesouro de inestimável valor, que excede todas as outras expressões de arte, sobretudo porque o canto sagrado, intimamente unido com o texto, constitui parte necessária ou integrante da Liturgia solene».*

<sup>11</sup> Esta homilia pode ler-se no «sítio» do Vaticano: [http://www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/homilies/1964/documents/hf\\_p-vi\\_hom\\_19640507\\_messa-artisti\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/homilies/1964/documents/hf_p-vi_hom_19640507_messa-artisti_it.html).

<sup>12</sup> Paulo VI faz uma análise que, à distância de quase 40 anos, permanece válida: «Permitis-me uma palavra franca? Vós abandonastes-nos um pouco, fostes para longe beber noutras fontes, à procura, certamente legítima, de exprimir outras coisas, mas não já as nossas. [...] Vós sabeis que trazemos uma certa ferida no coração, quando vos vemos dedicados a certas expressões artísticas que nos ofendem ... Vós separais a arte da vida e então... Mas há mais ainda. Por vezes esqueceis o cânone fundamental da vossa consagração à expressão; não se sabe o que dizeis, por vezes nem mesmo vós o sabeis: e o resultado é uma linguagem de Babel, de confusão. E, então, onde está a arte? A arte deveria ser intuição, deveria ser facilidade, deveria ser felicidade. Vós nem sempre nos dais esta facilidade, esta felicidade; e então ficamos surpreendidos e intimidados e distantes. Mas para sermos sinceros e ousados – apenas acenamos, como vedes – reconhecemos que também nós vos fizemos sofrer um pouco. Fizemo-vos sofrer porque vos impusemos como cânone primeiro a imitação, a vós que sois criadores, sempre vivazes, fulgurantes de mil ideias e de mil novidades. Nós – era-vos dito – temos este estilo, há que adequar-se a ele; nós temos esta tradição e há que a seguir; nós temos estes cânones e não há escapatória. Por vezes pusemo-vos em cima uma capa de chumbo, pode dizer-se; perdoai-nos! E, depois, também nós vos abandonamos. Não vos explicamos as nossas coisas, não vos introduzimos na cela secreta, onde os mistérios de Deus fazem palpar o coração do homem de regozijo, de esperança, de alegria, de embriaguês. Não vos tivemos como alunos, amigos, não conversamos convosco; por isso não nos conhecestes. E então a vossa linguagem para o nosso mundo foi dócil, é certo, mas quase amarrada, esgotada, incapaz de encontrar a sua livre voz. E nós então sentimos a insatisfação por esta expressão artística. E – faremos o *confiteor* completo nesta manhã, ao menos aqui – tratamo-vos ainda pior, recorremos a subrogados, à «oleografia», à obra de arte de escassos méritos e barata até porque – sirva-nos de desculpa – não tínhamos meios para realizar coisas grandes, coisas belas, coisas novas, coisas dignas de serem admiradas; e também nós andamos por atalhos enviesados onde a arte e a beleza e – o que é pior para nós – o culto de Deus foram mal servidos. Refaçamos as pazes? [...] Nós devemos voltar a ser aliados. Nós devemos pedir-vos todas as possibilidades que o Senhor vos deu e, portanto, no âmbito da funcionalidade e da finalidade que irmanam a arte ao

fazer as pazes. No final recorda que um acto religioso sagrado como a Missa é também um momento artístico que deve ser pleno, o que pressupõe catequese/informação/instrução religiosa, laboratório – isto é, capacidade técnica para uma expressão artística válida – e espiritualidade.

Esta iniciativa de Paulo VI teve um largo eco<sup>13</sup>. No encerramento do Concílio, na sua mensagem à humanidade, os Padres conciliares incluíram um parágrafo dirigido aos artistas – «poetas e letrados, pintores, escultores, arquitetos, músicos, homens do teatro, cineastas» – com uma declaração de amizade e com um apelo:

«Hoje, como ontem, a Igreja tem necessidade de vós. E diz-vos pela nossa voz: não permitais que se rompa uma aliança entre todas fecunda. Não vos recuseis a colocar o vosso talento ao serviço da verdade divina. Não fecheis o vosso espírito ao sopro do Espírito Santo. O mundo em que vivemos tem necessidade de beleza para não cair no desespero. A beleza, como a verdade, é a que traz alegria ao coração dos homens, é este fruto precioso que resiste ao passar do tempo, que une as gerações e as faz comungar na admiração. E isto por vossas mãos. [...] Sois os guardiões da beleza no mundo»<sup>14</sup>.

Mais perto de nós podemos recordar João Paulo II com a sua «Carta aos Artistas», de 4 de Abril de 1999<sup>15</sup> e o encontro de Bento XVI com os Artistas em 21 de novembro de 2009. Ao nível supremo da Igreja, o diálogo com os artistas está aberto. Temos de o concretizar ao nosso nível para que a beleza da arte possa também arrebatá-los os olhos dos fiéis na celebração dos divinos mistérios.

Não podendo por agora aprofundar este tema, deixo aqui algumas alíneas de um possível desenvolvimento:

- a) A valorização do elemento visual e as dificuldades do olhar na reforma litúrgica
- b) Visão e escatologia
- c) O espetáculo da Liturgia ou os limites da mediatização audiovisual
- d) Ver o invisível

E concluo a segunda parte da minha exposição:

Ouvir e ver: assim se enriquece a experiência da fé. Assim se articula a experiência litúrgica. «*Como se chega a esta síntese entre o ouvir e o ver?*» – interroga a encíclica *Lumen Fidei*. E responde: «*A partir da pessoa concreta de Jesus, que Se vê e escuta. Ele é a Palavra que Se fez*

---

culto de Deus, nós devemos deixar às vossas vozes o canto livre e potente de que sois capazes. E vós deveis ser tão bons que interpreteis aquilo que deveis exprimir, que venhais buscar a nós o motivo, o tema e, por vezes mais do que o tema, aquele fluido secreto que se chama a inspiração, que se chama a graça, que se chama o carisma da arte. E, se Deus quiser, vo-lo daremos».

<sup>13</sup> E Paulo VI foi consequente: a arte contemporânea entrou no Vaticano, não apenas como galeria dos seus museus, mas com novas produções, por ex., na basílica de S. Pedro (os relevos de bronze da Porta Santa de Manzù, a aula Paulo VI do Arq. Nervi, etc.)

<sup>14</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituições, Decretos, Declarações*, Braga, Ed. A.O. 1972, p. 533.

<sup>15</sup> Pode ler-se em várias línguas, incluindo o português, no referido «sítio» do Vaticano: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/letters/](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/letters/).

*carne e cuja glória contemplamos* (cf. Jo 1, 14). *A luz da fé é a luz de um Rosto, no qual se vê o Pai*. «*Por meio da sua encarnação, com a sua vinda entre nós, Jesus tocou-nos e, através dos sacramentos, ainda hoje nos toca*». Aqui entramos no coração da Liturgia que é sempre celebração do mistério de Cristo e presença do mesmo Cristo no seu mistério pascal.

### 3. CONCLUSÃO: ENTRE MARTA E MARIA

O Evangelho do XVI Domingo do Tempo Comum – Ano C – proporciona-nos o relato da visita de Jesus a casa de Marta e Maria e da hospitalidade que as duas irmãs lhe ofereceram (Lc 10, 38-42). O episódio é, a meu ver, ilustrativo da situação em que a vida litúrgica entre nós se encontra a 50 anos da reforma litúrgica. Marta «atarefava-se com muito serviço» – refere o texto evangélico. Como nós nos atarefamos no «serviço divino», que é um dos nomes que se dá à Liturgia. Maria, pelo contrário, estava sentada aos pés de Jesus a escutar as suas palavras, como discípula atenta e disponível. Marta é toda atividade; Maria é toda passividade, escuta e contemplação. Marta é o ícone da participação ativa; Maria é o ícone da participação passiva. Ambas desejam acolher o Amigo o melhor que sabem e podem: Marta dando, fazendo; Maria recebendo, calando e ouvindo. Que é mais importante? Ser sujeito ativo ou ser sujeito passivo? Alimentar ou ser alimentado? «Eu sou salvo» – Sujeito passivo: Eu; sujeito activo (ou agente da passiva): Deus em Cristo, no Espírito –. «Eu sou santificado» – Sujeito passivo: Eu; sujeito ativo (o agente da passiva): Deus, em Cristo, no Espírito. E assim sucessivamente. O sujeito principal da obra da redenção, da ação salvadora é sempre Ele. É Ele que tem de estar no centro de tudo. Nós só temos que abrir os olhos da fé para reconhecer a Sua presença, servi-lo, acolhê-lo. Devemos alimentar o seu Corpo, nomeadamente emprestando-lhe o nosso para que o Rito que vai mediar a sua presença tenha «corpo» e a ação sagrada que vai ser memorial da sua Obra salvadora possa acontecer. É precisa a participação ativa, interior e exterior, consciente e plena, sacramental. É precisa. Mas talvez andemos inquietos e preocupados com mais coisas do que as requeridas por essa participação ativa bem entendida.

Nós, o melhor que podemos fazer, é «participar passivamente» como Maria. Sentarmo-nos aos pés do Mestre, absorver a Sua Palavra, acolher a sua graça. E não louvaremos, não glorificaremos, não daremos graças, não suplicaremos misericórdia, não ofereceremos positivamente nada? Sim, repito, sem um mínimo de participação ativa da nossa parte, a Liturgia será apenas ação de Cristo e não chegará a ser «de Cristo e da Igreja»; nem sequer poderá realizar-se a ação ritual; faltando o significante não haverá «sacramento», «sinal sagrado». Mas não esqueçamos que, tendo Cristo assumido a nossa condição humana, tendo-se tornado o



Mediador entre Deus e os homens, é também Ele o sujeito principal de toda a glorificação, de todo o louvor, de toda a adoração. «Por Ele, com Ele e n'Ele... toda a honra e toda a glória!».

Maria escolheu a melhor parte, que não lhe será tirada!

Meio século volvido após o Concílio somos, porventura, desafiados a desinflacionar a chamada «participação ativa» e a valorizar melhor a participação «passiva», no sentido aqui referido. E não se pense que esta «passividade» se alcança sem esforço, sem silêncio, sem ascese. «Escutar» não supõe menor atividade interior, menor esforço do que falar ou cantar. «Acolher» o Hóspede divino não supõe menos atenção, esmero, prontidão, empenho. É uma «passividade» dinâmica, diligente, disponível. Decididamente, somos desafiados, como no tempo de S. Bento, a nada antepor à Ação Divina. Todo o nosso agir litúrgico – e cada qual, ministro ou simples fiel fará tudo e só o que lhe compete (SC 28) – é convidado a acalmar-se um pouco, a ser menos frenético, menos absorvente, menos distraído, menos preocupado com fazer tantas coisas de modo a podermos também nós usufruir da presença do Senhor, sentarmo-nos a seus pés, saciarmo-nos com os seus dons, receber muito mais do que dar, para depois podermos partilhar o que recebemos. Esta é a melhor parte, a melhor participação.

Maria escolheu a melhor parte que não lhe será tirada. E é a melhor parte precisamente por isso, porque não lhe será tirada. Porque tendo começado no tempo permanecerá eternamente. Sim, quando chegarmos à Jerusalém do Alto, já nem haverá miséria para praticarmos as obras de misericórdia e cuidar do corpo de Jesus nos seus irmãos mais pequeninos. Também desaparecerá a liturgia como a praticamos no regime sacramental que decorre da encarnação: cessará toda a necessidade de mediação e por isso, na Cidade Santa não haverá templo. Mas a parte melhor, a parte que Maria escolheu, não terá fim: a Palavra continuará a saciar-nos – então sem sílabas porque já não haverá tempo – o Rosto amigo do Verbo continuará a extasiar-nos e o Banquete do Cordeiro será o nosso Festim, sem fim.

Fátima, XXXIX Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica, 25 de julho de 2013

*P. João da Silva Peixoto*